



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000
Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA
EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA**

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às nove horas e trinta minutos, no auditório da agência de desenvolvimento de Goiana foi realizada a terceira reunião ordinária do conselho deliberativo da reserva extrativista Acau-Goiana, presidida pela servidora do ICMBio e gestora da Resex, Sr^a. Marisol Menezes Pessanha. A reunião deu início com a apresentação dos Servidores do ICMBio de outras Unidades que vieram colaborar na execução do II Ciclo de Oficinas para a construção do Acordo de Gestão da RESEX, pela presidente do conselho que agradeceu aos colegas por terem vindo de suas unidades para apoiar a atividade e também aos conselheiros que formaram a comissão de estudos. Após os agradecimentos da presidência da mesa, foi lida a pauta e em seguida deu-se início a leitura do relatório com as atividades da comissão de estudos criada pelo conselho da Resex Acau-Goiana com o objetivo de subsidiar nas propostas de medidas mitigadoras do empreendimento Fiat à Agência Pernambucana de Meio Ambiente – CPRH, onde foram apresentados os seguintes encaminhamentos a serem assumidos pela CPRH enquanto órgão licenciador; 1. Cobrar do empreendimento FIAT um projeto de macro drenagem com revisão da distribuição dos despejos, não comprometendo um único curso d'água ou nascente, com volumes excessivos; 2. O cumprimento da Lei para a recuperação das matas ciliares dos corpos d'água que estarão recebendo esses despejos; 3. Articulação junto ao proprietário da área, para através de uma política de sensibilização e convencimento, transformar a mata do Bujari em RPPN; 4. Cobrar de todos os empreendimentos a serem licenciados, projetos de captação e utilização de águas pluviais; 5. Articular junto ao governo do Estado um seminário de sustentabilidade hídrica para a região, considerando os diversos cenários previstos; 6. Promover um estudo no território da capacidade de suporte para grandes e médios empreendimentos. Após alguns esclarecimentos a respeito das discussões feitas nas reuniões da comissão de estudos, o Conselheiro Carlos André da CPRH questionou a competência de sua Agência em fazer um seminário sem, contudo envolver a secretaria de Recursos Hídricos, que essa seria competência do governo do Estado. A presidente do conselho lembra que a CPRH é o representante legítimo do Estado para a execução das políticas de meio ambiente e que pode e deve fazer a articulação junto ao governo e aos órgãos do Estado no sentido de viabilizar o Seminário. O conselheiro Tarcísio da FUNDAJ, reforçou seu posicionamento quanto a necessidade de a CPRH ter uma visão macro e não individualizada dos empreendimentos na questão do licenciamento, sendo necessário uma análise conjunta do impacto desses empreendimentos e a CPRH como órgão licenciador é responsável por esse cenário. A conselheira Mônica levantou a necessidade de ter recebido o relatório com antecedência para poder dar algum parecer a respeito dos encaminhamentos, a Conselheira Sandra lembrou que a comissão de estudos havia sido criada com o objetivo de subsidiar



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000
Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

o conselho e, portanto com autonomia. Para que se tenha o cuidado de não estar refazendo o trabalho que foi legitimado pelo próprio conselho, cabendo agora as contribuições para o documento final a ser encaminhado a presidência da CPRH. A conselheira Laurineide questionou que não havia um estudo da capacidade de suporte do Aquífero, mas que a CPRH já havia dado licença para a COMPESA fornecer água aos empreendimentos, o conselheiro Jorge Ricardo da prefeitura de Goiana esclarece que a licença é fornecida com base no estudo de vazão, a presidência esclarece que há a necessidade do estudo de capacidade do aquífero Beberibe para que se tenha uma visão de futuro e até que ponto se pode ir nos licenciamentos de empreendimentos e até mesmo para a utilização da população que se multiplica com a chegada dos empreendimentos. O conselheiro André da Bramex questionou se já havia sido feita alguma consulta a secretaria de Recursos Hídricos sobre esses estudos, o convidado Alexandre Ramos da Agencia Pernambucana de Águas e Climas – APAC explicou que para a perfuração de poços no Estado não se faz necessário estudos aprofundados, e que existem várias normas legais da Secretaria de Recursos Hídricos que regulamentam a perfuração de poços no Estado, e que existe no Estado um projeto de sustentabilidade hídrica, com recursos do banco mundial e que esse projeto está fazendo uma série de estudos das bacias sedimentares, hoje a região metropolitana já vai na terceira edição do estudos “hidrorec” onde se determina através de zoneamento onde pode e onde não pode ter perfuração de poços no Recife e região metropolitana chegando até Olinda e Camaragibe, também existem alguns estudos que foram feitos nas bacias sedimentares do Sertão, em Jatobá, Ibimirim, Manari onde tem estudos aprofundados e está servido de base para outros estudos que estão sendo feitos. Que o PSH contratou recentemente estudos para várias dessas bacias sedimentares do Sertão. Em paralelo está sendo feita uma contratação de revisão do Hidrorec que deverá se estender até a bacia do rio Goiana, está em processo de licitação. A convidada e participante da comissão de estudos, professora da UPE Solange Coutinho, reiterou a necessidade de se promover o seminário sobre sustentabilidade hídrica considerando os diversos cenários e previsões de futuras. Aceitos pelos conselheiros os encaminhamentos apresentados pela comissão ficou acordado que a redação do documento a ser encaminhado a CPRH com os resultados apresentados seria elaborado pela comissão de estudos. A presidente da mesa solicita aos conselheiros representantes das comunidades que façam suas considerações. O conselheiro André de Baldo do rio perguntou ao representante da CPRH se havia resultado da denuncia formulada com relação a macro drenagem das obras do empreendimento FIAT que cairiam no mesmo ponto, o representante do CPRH esclareceu que havia uma solicitação de fiscalização na obra mas que até aquele momento não havia sido realizada, abre um parêntese sobre um retorno de uma outra solicitação de fiscalização, a cerca de um derramamento de vinhoto no rio goiana supostamente pela usina Santa Tereza. O conselheiro Jorge Ricardo da prefeitura de Goiana questionou a respeito das análises feitas nos peixes mortos encaminhados aos laboratórios da CPRH, nesse momento houve uma pequena balbúrdia com várias falas de indignação dos conselheiros comunitários e o



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000
Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

conselheiro Marinaldo representante de Povoação São Lourenço pediu a fala. Questionou ao representante da CPRH se aquele órgão tinha equipes suficientes para fiscalizar os empreendimentos e seus despejos, mais uma vez houve um falatório e a conselheira Sandra do SPR/PB referenda o direito dos comunitários sobre um posicionamento da CPRH quanto a questão da denúncia de derramamento de vinhoto, a presidência da mesa explica que esse tema será tratado, mas que se faz necessário fechar o tema anterior e pergunta mais uma vez se há mais alguma consideração a se feita sobre a apresentação do relatório. O servidor da Resex, Elivan Arantes, pediu a palavra e se colocou contrário às sugestões apresentadas no relatório alegando ter dúvidas quanto as competências do comitê de estudos, no que diz respeito à revisão do plano diretor do município de Goiana e do estudo da bacia do rio goiana, que caberia a comissão tratar das condições da pesca no estuário do rio Goiana, na inclusão de novos elementos de água essas ações eram atribuições de outras esferas como do Prefeito do município de Goiana, do ministério das cidades e do comitê de bacias, que a questão do conselho é ambiental, é o impacto dos empreendimentos nos modos de vida e de sustento das comunidades da Resex. O conselheiro Jorge Ricardo falou ser pertinente o questionamento do servidor Elivan, porém estava atrasado, pois essa questão já havia sido tratada pelos membros da comissão, e que não se poderia falar de um empreendimento como a FIAT sem uma visão macro, que essas sugestões surgiram em função de uma grande discussão e que a Resex não está ilhada por isso se faz necessário o olhar mais amplo, estando inserida no município de Goiana por tanto fazendo parte do município. O convidado Alexandre Ramos da APAC pediu a palavra e como arquiteto urbanista falou que quem define o uso do solo é o município, e como tal pode determinar que seja construído em toda a franja da Resex e exatamente por isso que é papel não só do conselho como de todos os atores envolvidos que pressionem o município para a revisão de seu plano diretor face ao aumento populacional, comercial entre outros. Que esses aumentos afetaram a todos se não for bem direcionado e dimensionado. Em relação ao plano de recursos hídricos é competência da APAC, porém existem diversos atores envolvidos e que precisam pressionar o governo do Estado para que saia esse estudo considerando que vários outras bacias também não possuem seus planos e que a condição da região do Goiana é de maior pressão. A presidente do conselho pede a fala e diz que discorda do colega da Resex porque acredita ser imprescindível que o conselho esteja pressionando a prefeitura para a revisão do plano diretor considerando o exemplo do Projeto de lei 004 saída do Gabinete que propõe a mudança de artigos do plano diretor para transformação da Zona de Proteção Rígida da Ilha de Tiriri em Zona de Expansão Urbana permitindo que venha a se instalar indústrias, mineração e até empresas de tratamento de resíduos sólidos e tudo isso literalmente dentro da área da Resex, apesar de ser uma área particular. Reitera que essas sugestões não são para serem realizadas pelo conselho, mas serem articuladas junto a outros órgãos e instituições no sentido de desencadear os processos. A conselheira Monica representante da CAIG concorda com o Sr. Alexandre Ramos e diz que devemos aprender a agir preventivamente, lembrando que a



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000
Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

CPRH nem recebe o pedido de licenciamento se não houver anuência da prefeitura, que constitucionalmente falando o uso do solo quem define é o município. E que já existe um plano diretor aprovado na câmara de vereadores do município, para evitar determinadas edificações no entorno do empreendimento da FIAT e que foi sem a participação popular, sugere ainda que o conselho não só pedisse a revisão do plano diretor, mas pedisse cadeira na participação, para construção desse novo plano diretor. O conselheiro Tarcísio questiona o Plano de Manejo e sua função, inclusive quanto a sua área de entorno. Se ele não teria força para condicionar o uso da área. A conselheira Laurineide representante da Pastoral dos pescadores também concorda com as sugestões apresentados, não só pela Resex mas também pela questão da saúde e da cidade e dos comunitários, concorda com o conselheiro Tarcísio sobre a necessidade de priorizar o plano de manejo da unidade no sentido de garantir a área de amortecimento e as possíveis intervenções que venham acontecer. A presidente da mesa explica a respeito do Plano de manejo e suas funções, como o nome já diz serve para manejar a unidade de conservação, o que pode e o que não pode dentro da unidade, e que na zona de amortecimento ou área do entorno, se possa impedir atividades, o que se pode é indicar através de recomendações embasadas em fundamentações técnicas que determinadas atividades não venham a se instalar nesse entorno. Lembrou que a Resolução do CONAMA 428/10, diminuiu a área de entorno de 10 km para 3km. O Servidor Cláudio Augusto da Coordenação de Produção de Populações Tradicionais da DISAM/ICMBio – DF, esclarece que o licenciamento de empreendimentos no entorno da unidade deve ser comunicado ao gestor da unidade e que em situações que fujam a competência do gestor existe um setor específico em Brasília na sede do Instituto responsável por autorizações para o licenciamento. A presidente da mesa torna a enfatizar que no plano de manejo deverão ser indicadas as atividades altamente poluidoras que não devem se instalar nesse entorno com bases fundamentadas. A conselheira Sandra do SPU - PB, fala da necessidade da Resex participar e apoiar o plano de recursos hídricos do rio Goiana à exemplo do que foi feito na APA de Mamanguape na PB, onde o chefe da APA articulou a inserção da unidade no conselho e viabilizou recursos para construção do Plano porque havia influencia na APA. Que se preocupava com a efetividade das recomendações e propostas do Conselho, corroborando com a fala do Conselheiro Tarcísio, afirmando a força dessas proposituras e ressaltou um grande aliado que é o Ministério Público e que o conselho pode demandar uma ação civil pública caso seja necessário para o cumprimento das recomendações do conselho. O servidor da Resex Elivan torna a enfatizar que sua colocação tem haver com a comissão de estudos, que com o objetivo de propor medidas mitigadoras e subsidiar o Conselho junto a CPRH no licenciamento do empreendimento FIAT, e que as sugestões apresentadas fogem ao objetivo proposto à comissão, que foram discutidos e que a Resex tem acento no comitê de bacia do rio goiana, que entende a importância do plano de recursos hídricos mas que foge aos objetivos da comissão de estudos, assim como o plano diretor, o município não tem interesse em fazer revisão, quer fazer emendas como a exemplo da que sugeriu para a área da Bramex, quem tem que



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000
Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

sugerir e brigar por isso são os conselhos municipais, nesse momento a presidência da mesa interrompe a fala do servidor Elivan e esclarece que as sugestões apresentadas ao Conselho não são para execução da comissão mas para articulação do Conselho junto as instâncias pertinentes conforme a fala da maioria dos conselheiros que já haviam se manifestado. O conselheiro Carlos André da CPRH lembra que aquela agencia se propõe a financiar o Plano de manejo da Resex Acau-Goiana com os recursos da Compensação ambiental do empreendimento FIAT, como já havia dito em outras ocasiões. O conselheiro Maurício representante da Lafarge informa que a Lafarge também se coloca à disposição para auxiliar na construção do plano de manejo da Resex, que tem interesse em participar com subsídios e informações, e deu exemplo de uma unidade da empresa em matosinho onde há no entorno uma unidade de conservação a qual realizou seu plano de manejo em conjunto com a Lafarge. A presidente da mesa solicita a assembléia se mais alguém deseja se colocar e não havendo manifestações dá prosseguimento a pauta com a apresentação do Sistema de Informações geográficas desenvolvido pela CPRH para Unidades de Conservação do Estado de Pernambuco, ferramenta que embasará o planejamento bioregional de Pernambuco. Nesse momento passa a palavra ao Conselheiro Carlos André da CPRH que fala sobre essa ferramenta que está sendo desenvolvida pela Diretoria de Tecnologia Ambiental da CPRH, apresenta os dois representantes da Diretoria que se encontram presente, Lígia e Rivar, especialistas na área de geoprocessamento, a idéia é que esse sistema de informação geográfica ambiental possa ajudar na gestão das unidades de conservação do Estado. Atualmente a CPRH tem 71 UC's, e que essa ferramenta também servirá para as UC's federais e municipais do Estado, trazendo uma série de benefícios no que se refere à fiscalização e monitoramento, passa à palavra a Lígia que faz a apresentação do Sistema de Informação Geoambiental, chamado de Sistema Caburé de Pernambuco. Durante a apresentação foram levantadas várias questões pelos conselheiros inclusive a respeito da fiscalização da CPRH realizada em fevereiro do corrente ano em conjunto com o conselheiro Gilmarcos, representante da comunidade Baldo do rio, a respeito do derramamento de vinhoto no rio Goiana, levando a uma grande mortandade de peixes. O conselheiro Carlos André pede para fazer a leitura do relatório de fiscalização produzido pelo fiscal Genifer Belarmino, servidor da CPRH. Procedida a leitura foram esclarecidas algumas duvidas que haviam se criado no início da reunião, inclusive a constatação do referido fiscal com o derramamento de efluentes industriais no riacho Cabocó, tributário do rio Goiana. O conselheiro Gilmarcos apresenta seu desabafo de indignação quanto a lentidão dos processos burocráticos da CPRH e da impunidade das empresas que poluem e agredem o meio ambiente prejudicando principalmente as famílias dos pescadores. A conselheira Gersa representante da comunidade de Carne de Vaca se coloca solidária aos comentários do conselheiro Gilmarcos e cobra mais celeridade nesses processos. O convidado Alexandre Ramos da APAC dá como exemplo de transparência de ações o ministério público, cita que nas denúncias formuladas por e-mail, o denunciante fica recebendo todas as tramitações sobre o caso via on line, se o ministério público manda um



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000
Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

ofício para a prefeitura requerendo informações a cópia desse ofício vai para o denunciante assim como a resposta e sugere ao CPRH esse modelo, a conselheira Sandra reitera essa informação e mais uma vez ressalta a força aliada do ministério público. O conselheiro Tarcísio da FUNDAJ questionou como esse sistema pode estar sendo alimentado através das pesquisas realizadas pelas universidades e pela Fundação assim como os pesquisadores também podem utilizar as informações do sistema em seus estudos. A senhora Lígia demonstrou de que forma o sistema funciona e como essas informações poderão ser utilizadas, que a partir de fevereiro a população terá acesso as informações hoje disponíveis. A conselheira Darlanny representante do ministério da pesca-PE, se referiu ao conselheiro Gilmarcos, dizendo que como conhecedora das fragilidades institucionais, assegura que a força popular é o que faz com que a política se mova, só viu políticos fazerem coisas no Brasil quando a força popular pressionou, até a própria CPRH pode ser pressionada para que cumpra seu papel, mas que para isso é necessário organização e força popular. Nesse momento a presidência da mesa agradece a senhora Lígia que apresentou o Sistema Caburé, convidou a todos para o almoço e combinou o retorno das atividades para a 13h15min. Ao retorno do almoço a presidente da mesa apresentou o convidado Alexandre Ramos integrante do Comitê de Bacia do Rio Goiana que substituirá o conselheiro José Luiz (Cazuza), representante do Comitê no conselho deliberativo da Resex e que por força maior não pode comparecer. A apresentação das instituições que compõem o conselho havia sido acordada desde a primeira reunião extraordinária, onde em cada reunião duas instituições fariam uma apresentação sucinta sobre suas atividades, competências e influências diretas ou indiretas sobre a Resex. Após as explanações a cerca do comitê de Bacia do rio Goiana e tiradas as dúvidas dos conselheiros a presidência da mesa fez os agradecimentos e convidou a conselheira Verônica representante da SUDEMA para fazer sua apresentação. A SUDEMA que é o órgão ambiental licenciador do estado da Paraíba e tem acento no conselho da Resex Acau-Goiana. Terminada a explanação e esclarecidas as dúvidas dos presentes a presidência da mesa fez os agradecimentos e deu continuidade a pauta da reunião trazendo uma solicitação da comunidade de povoação São Lourenço, que apresentou ata da reunião da comunidade pedindo a substituição do conselheiro Adriano Venseslau de lima, titular nesse conselho pela atual suplente Severina Maria de Souza, e colocar em substituição no cargo de suplente a comunitária e pescadora Niedja Gomes. A substituição se deve ao fato do conselheiro Adriano não comparecer as reuniões do conselho nem justificar suas ausências e manifestando á comunidade que não tem interesse em permanecer no cargo. Após a leitura da ATA apresentada a presidência da mesa perguntou a assembléia se todos estavam de acordo com a substituição, não havendo nenhuma objeção assumiu a conselheira Severina como titular e a conselheira Niedja como suplente representante da comunidade de Povoação São Lourenço dentro desse conselho. O conselheiro Jorge Ricardo como secretário do conselho informou que na próxima reunião ordinária do conselho ele irá trazer o nome dos conselheiros faltosos para apreciação do conselho e providencias pertinente. A conselheira Glória Maria representante da



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000
Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

comunidade de Acau/PB também falou sobre o conselheiro Janinho que só veio a uma reunião e não tem comparecido, foi dito quais os procedimentos que a comunidade deveria tomar, em assembléia a comunidade deveria escolher outro representante e apresenta ao conselho conforme havia feito a comunidade de povoação São Lourenço. Isso tudo documentado em ata e com a assinatura dos comunitários. A presidente da mesa em tempo apresentou o novo conselheiro representante da Lafarge o senhor Maurício Bandeira Pereira, que entregou o documento de indicação pela Lafarge em substituição do Sr. Alysson. Dando prosseguimento a reunião a presidente da mesa traz a demanda do conselheiro Tarcísio sobre o Plano de manejo da Resex, sugerindo uma agenda para discussão do Plano e a chefe da Resex se coloca enquanto ICMBio que existem metas a serem cumpridas e que para o ano de 2013 é prioridade o Acordo de Gestão, que a recomendação da Instituição é de esperar a publicação da nova Instrução normativa que regulamenta a construção dos planos de Manejo das unidades federais, sugerindo assim que os trabalhos para o Plano de manejo da Resex fossem iniciados em 2014. Até porque o Acordo de Gestão é uma peça do Plano de Manejo. Após algumas considerações de diversos conselheiros sobre o tema ficou acordado que na próxima reunião ordinária do conselho seria socializada a Instrução normativa do ICMBio sobre Planos de manejo e criado um Grupo de Trabalho para dar início ao planejamento através de uma agenda. Dando prosseguimento a pauta, a presidente da mesa falou a respeito do Plano de Proteção da Resex, apresentando o documento enviado a Coordenação de Proteção do ICMBio em Brasília, trata-se de um planejamento das atividades de fiscalização na Unidade onde se coloca as necessidades, fragilidades e potencialidades em termos de proteção e monitoramento da unidade. A partir dessa apresentação alguns conselheiros questionaram sobre fatos ocorridos como, o representante da comunidade de Carne de vaca o conselheiro Edeburgo questionou sobre a retirada de areia na beira da praia, a presidente da mesa explicou que essa atividade de fiscalização caberia ao IBAMA se a retirada fosse fora da área da unidade, também as conselheiras Amara e Andréia, das comunidades de Tejucupapo questionaram sobre o plantio de cana na área embargada da OXINOR, a presidente da mesa lembrou que a fiscalização na área foi realizada que a OXINOR foi autuada e que daqui pra frente já não cabia mais a Resex, já havia passado para outras instâncias, cabendo ao conselho acionar o ministério público. O conselheiro Marinaldo representante de povoação São Lourenço, cobrou da Resex uma ação sobre os incêndios na Ilha Tiriri, que já havia chamado os Bombeiros, mas não tinha tido êxito, a presidente da mesa mais uma vez explicou que não cabia a Resex agir nesse caso, considerando que se trata de uma área particular, mas que se for de consenso daquele conselho que pode ser enviado ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros um documento cobrando maior efetividade no combate aos incêndios na região. Foi explicado pelo conselheiro André da Bramex a dificuldade de fiscalizar a área, com presença de pessoas armadas. A conselheira Laurineide fez a proposta de que o conselho pensasse na incorporação da Ilha Tiriri para a Resex Acau-Goiana. Durante a apresentação do plano de proteção da Resex foi lembrada a



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000
Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

legislação municipal que proíbe a queima de cana, mas que a mesma ainda não foi regulamentada e que se faz necessário uma pressão do conselho junto à câmara e prefeitura nesse sentido. O conselheiro Marinaldo de povoação São Lourenço questionou sobre o reflorestamento feito pela CAIG nas áreas de nascentes de São Lourenço, a presidente da mesa esclareceu que está sendo agendada com aquela empresa uma ação para divulgação na comunidade sobre as áreas de nascentes reflorestadas e sinalização daquela área. A Conselheira Laurineide representante da CPP, cobrou uma metodologia diferente nessa ação, considerando que o reflorestamento deveria ter sido feito em conjunto com a comunidade, A conselheira Monica, representante da CAIG, concordou com as proposições apresentadas, informou que foi feito o replantio de 3,4 hectares e que com o apoio da prefeitura e da Resex farão a divulgação para a comunidade. A Presidente da mesa seguindo a pauta da reunião em seu último ponto, a criação de pequenas comissões, para ajudar nas questões pertinentes a gestão da Resex, informou as tratativas junto a prefeitura de Goiana no sentido de utilizar uma sala cedida pela prefeitura para a instalação provisória da sede da Resex, e acordou com os conselheiros os passos a serem tomados no sentido de conseguir junto ao SPU/PE a cessão do imóvel da Av. Marechal Deodoro, 133 no centro de Goiana para a instalação definitiva da sede da Resex Acau-Goiana. A conselheira Sandra ficou de encaminhar uma minuta de ofício ao SPU a cerca das condições atuais do referido imóvel, o conselheiro Jorge Ricardo, ficou responsável de providenciar uma monção junto aos moradores do entorno do imóvel direcionado à prefeitura e o conselheiro Gilmarcos de coordenar um abaixo assinado das comunidades da Resex no mesmo sentido. Feitas essas colocações foi dado por encerrados os trabalhos do conselho deliberativo da Resex Acau-Goiana nessa terceira reunião ordinária.